

Visões políticas na historiografia acadêmica dos anos 1970

Political standpoints in the academic historiography of the '70s

Wesley Rodrigues de Carvalho¹

Resumo

O presente texto analisa 51 dissertações defendidas no âmbito do curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense, número correspondente às três primeiras turmas da instituição. O objetivo é traçar perspectivas políticas expressas nos trabalhos assumindo a indissociabilidade entre leituras do passado e do presente (marcado então pela ditadura empresarial-militar). Contempla-se a diversidade das posições procurando esquematizá-las quantitativamente ressaltando as temáticas salientes.

Palavras-chave: História da historiografia; Ditadura; História dos intelectuais

Abstract

This paper analyses 51 dissertations presented by the first three classes of the Master's degree History course of the Universidade Federal Fluminense. The purpose is to identify political standpoints in this historiography due to the indissociability between visions of the past and visions of the present (at that point in the context of the bourgeois-military dictatorship). This paper examines the diversity of the standpoints categorizing them according to their main themes and presenting their quantitatives.

Keywords: Keywords: History of historiography; Dictatorship; Intellectual history;

¹ carvalho.wr@gmail.com

Diferentes autores formularam as relações que o conhecimento sobre o passado tem com o presente do historiador. Não haveria algum refúgio de neutralidade de onde se pudesse dissertar sobre o primeiro sem que isso não fosse também, de alguma forma, dissertar sobre o segundo. E este presente seria necessariamente carregado de política: pensando as ciências sociais, Bourdieu formulou que o que está em jogo em sua produção científica é o mesmo o que está em jogo entre as classes na política: produzir e difundir uma representação legítima do mundo social (BOURDIEU, 1983). A historiografia seria assim incapaz de escapar da política contemporânea. Há algo trágico nas memórias de Marc Bloch quando este reflete sobre o grupo de intelectuais de que fez parte. Justamente por ter identificado ali uma fuga de questões políticas em um momento de ascensão do nazi-fascismo, realizou uma autocrítica não apenas pela interpretação de história que tinham, mas também uma de sentido ético, esperando por isso que seus “herdeiros” pudessem “perdoar-nos o sangue que está sobre nossas mãos”. (DOSSE, 2003, p.96)

Um primeiro passo de nossa análise pode ser observar que temas políticos de conexão com suas épocas nossos autores formularam explicitamente. Duas dissertações fazem referência a essa ditadura então contemporânea. O estudo de Ubiratan Rocha, “A ALAC e a integração econômica da América Latina”, sobre arranjos e entidades econômicas internacionais, é iluminado de sentido quando o autor pontua ao final que recursos a capitais estrangeiros e influência dos EUA na América Latina no pós-guerra fazem parte do contexto de surgimento de ditaduras latino-americanas, marcadas pelo antissocialismo e pela afinidade entre política norte-americana e interesses de minorias dominantes na América subdesenvolvida. A organização estudada por Rocha, a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), não chegou, segundo o autor, a por em questão a hegemonia norte-americana na região - pelo contrário, ela tendia inclusive a fortalecê-la, uma vez que poderia significar uma alternativa ao processo de industrialização que não passasse por reformas internas profundas e mantivesse os tradicionais privilégios das elites dominantes. Muito embora sejam bem poucas as páginas dessa dissertação voltadas à temática da ditadura, vemos que o objeto de estudo é justificado pela consequência ou contexto político de que faz parte, com ditadura significando manutenção de desigualdade e dominação de classe. O outro estudo que reflete sobre a contemporaneidade foi o escrito por Teresa Serejo sobre coronelismo em Petrolina, “Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano”, que tem como recorte cronológico 1950-1976. Serejo não apresenta sua dissertação como um estudo sobre a ditadura. Mas ao abordar o coronelismo, o vincula às características nacionais como o desenvolvimentismo, o domínio eleitoral, arranjos partidários, o controle político e a exploração econômica sobre a classe trabalhadora. Dessa forma, há um retrato agudo e crítico da vida política e econômica nacional, apesar do olhar fixo sobre uma cidade do interior.

Outros estudos, apesar de não se referirem a ditaduras contemporâneas, abordam, a partir de outros tempos e lugares, seu traços mais destacados. “O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez (1908-1935)”, de Luiza Saraiva, por exemplo, apresenta um esforço contínuo ao longo do texto de acusação e crítica ao governo ditatorial de Gómez na Venezuela, apontando o alheamento do povo e do congresso em relação à condução do país, a insatisfação da população que fez haver movimentos armados, e a preferência de muitos pela emigração e a morte à vida sob o regime. A

autora dialoga com defensores do regime de Gómez enfatizando os limites de suas realizações (por exemplo, sobre infra-estrutura), a condução da economia à dependência de um único produto e o alinhamento a forças imperialistas. A dissertação de Reynaldo de Campos, “O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945”, tem uma conexão direta com uma das características mais significativas da ditadura brasileira: a repressão. Estudando o Tribunal de Segurança Nacional de Vargas, mostra que a Justiça foi instrumentalizada pelo poder ditatorial, e mirou sobretudo pessoas de esquerda através de um “histerismo anticomunista” mobilizado em tons de “guerra santa”. As decisões judiciais, contrariando evidências dos autos e motivadas pela perseguição, empreendiam o “terror” de uma forma até “ridícula”.

Outras dissertações trazem a temática da ditadura ou da tirania sem, entretanto, o mesmo tom de denúncia. Orlando de Barros, em “Paraguai: a transição política e suas bases”, estudo que se concentra nas “elites políticas”, na organização e no poder de Estado, é atento a uma tensão entre “elementos fundamentais da vida democrática” e uma “tentação autoritária” constante, que o autor registra como julgamentos sumários, execuções e terror. O estudo de El-Jaick, “O pensamento político de Simón Bolívar”, centrado na ação e pensamento de um indivíduo, Simón Bolívar, aponta a “hesitação” desta personagem em criar instituições democráticas e do resultado ditatorial de sua prática política. E no arremate de seu texto, afirma que Bolívar deixou intactas as estruturas econômicas que produziam as desigualdades. “O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890)”, de Cleia Weyrauch, tem como um dos pontos principais que o exército foi um canal através do qual novas classes fortes economicamente afirmaram seus projetos baseados no direito de propriedade privada e em uma política financeira favorável aos interesses do alto comércio e aliados ingleses. O estudo de Jorge Peçanha, “A abertura do Paraguai: raiz de uma guerra”, quando trata do governo de Francia, o aponta como marcado pela perseguição e pelo terror, sendo tirânico, cruel, despótico e totalitário. O autor quando traz elementos que identifica como positivos nesse governo (atenção às classes pobres, aumento do nível de vida, modernização) – o que contrastaria com o liberalismo que apenas atendia à classe dominante e aos caudilhos - não deixa de afirmar que não pretende com isso de forma alguma justificar o governo de Francia – aqui há semelhanças com o “milagre brasileiro” dos anos 1970 que, mesmo não tendo significado uma política de atenção a pobres, como foi identificado pelo autor no caso paraguaio, se tratou de crescimento econômico capaz de gerar consenso e visões positivas ao governo brasileiro que poderiam compensar seu lado negativo e autoritário. Temos também a dissertação de Zenaide Cardoso, “Política econômica de Juan M. De Rosas”, que registra esta personagem argentina se tratar de um tirano que se equilibra entre vários interesses econômicos e grupos políticos.

Mas também tivemos dissertações que justificam a ditadura. Em “O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo”, nos é dito que García Moreno, sendo homem honesto e justo, construiu seu regime autoritário tendo por objetivo a pacificação, o progresso material e a reconstrução moral. O autor, Almir da Silva Oliveira, não nos oculta que houve “energia implacável”, “meios cruéis”, censura e que Garcia Moreno passou por cima da lei, mas positiva a ação desse estadista diante de um ambiente nacional de “intriga”, “afrouxamento dos valores cívicos”, “ideias desassociadoras” e “irresponsabilidade do cidadão”. Havendo um dilema entre anarquismo e autori-

tarismo, esse segundo seria um “mal menor”. Apesar de não ser tão incisivo quanto Oliveira, Pinto Filho em “O sentido do governo Balmaceda (1881-1891)” também justifica uma figura autoritária: o chileno Balmaceda transgrediu a Constituição se tornando um ditador, mas isso não teria sido motivado por interesses particulares, já que sua intenção não era se perpetuar no poder. Seu “pulso firme” estaria a favor da busca da “paz” e do “conforto” da sociedade.

Esse assunto da relação do Brasil e de outros países da América Latina com as nações “centrais” aparece em várias das nossas dissertações, mas por vezes se restringe a comentários solitários: esse é o caso de “O café no contexto econômico da Colômbia e a atuação da Federação Nacional dos Cafeicultores (1927-1962)”, de Maria Toribio; “A fazenda de Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro (1790-1850)”, de Sônia Viana; “Da monocultura à diversificação econômica. Um estudo de Caso: Vassouras, 1880-1930”, de Sylvia Fernandes; “Política econômica de Juan M. De Rosas”, de Zenaide Cardoso; e “Argentina: economia e sociedade (1890/1922)”, de Adilson Pinto. Existe nelas uma ideia de que há desigualdade nas relações econômicas internacionais em que a parte mais fraca está marcada pela monocultura e é importadora de manufaturados dos centros industrializados. O texto de Saraiva e de Weyrauch supracitados tem tom mais incisivo ao associar ditadura na Venezuela e poder de militares no Uruguai à submissão a interesses estrangeiros. Supomos que tais noções estejam difundidas em outros trabalhos – algo do qual, entretanto, não teríamos tomado nota dada a sua localização marginal nos textos. Com mais dedicação sobre este ponto de relação internacional, em uma parte de “A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro”, Marieta Ferreira estuda a penetração de firmas estrangeiras nos negócios do café e sublinha a existência de capital monopolista. Mas são em outras cinco dissertações que o assunto tem centralidade. O estudo de Gomes, “O sistema de cristandade colonial. O reino de Deus rebaixado a Colônia”, de Francisco Gomes, no seu estilo ensaístico e abstrato, avalia que a Igreja e a cristandade brasileira devem suas características ao contexto da colonização exercida por Portugal. Como vimos, a dissertação de Ubiratan Rocha sobre a ALALC contempla justamente relações econômicas internacionais, realizando, em dado momento, sua crítica à configuração então atual de entrada de recursos estrangeiros e influência dos EUA, o que faria parte do contexto de surgimento de ditaduras. “Itabira Iron Ore Company”, de Martha Chiarizia, é um estudo rico que tem como mote a disputa entre interesses monopolísticos de capitais estrangeiros consubstanciados na Itabira Company e a reação nacionalista que se lhe opôs. Nesse trabalho de Chiarizia, são abordadas a problemática de capital estrangeiro deter recursos naturais brasileiros e estratégias e discussões de agentes nacionais frente a esta situação. Temos ainda o texto de Francisco Teixeira, “A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915”. A sua pesquisa abarca a revolução mexicana do início do século XX, o conflito que o México teve com os EUA e, principalmente, a atuação de diplomatas brasileiros nesse contexto (um deles bem favorável aos EUA). Apesar de seu objeto guardar relação com pontos candentes da política dos anos 1970, o texto nos é apresentado sem colorações políticas, não sendo então óbvia a localização do autor nos debates que aconteciam na época em que escreveu. O mesmo vale para o estudo de Dulce Maciel: “Congresso do Panamá de 1826”.

Por fim, citemos outros dois estudos cujos objetos tem fortes pontos de contato com o vivido nos anos 1970: “O guano e o salitre (o surgimento do civilismo no Peru)” enfoca disputas entre civis e

militares no Peru. É um estudo de história política abordado através de agentes em posições estatais e partidárias relacionados a classes sociais, e que evidencia que a economia do guano e do salitre gera renda que sustenta o poder dos governos. O que nos interessa aqui é a questão civil versus militar do estudo que, por motivo óbvio, tem paralelismo com o cenário brasileiro de então. O texto de Abner Baptista Júnior conduz sua análise sem que se possa remeter diretamente os episódios da história peruana à política brasileira sob a ditadura (por exemplo, pondo a democracia em debate, identificando “vilões” ou pensando o significado de militares se imiscuírem na política). Há uma colocação do autor, entretanto, que faz emergir sua leitura política e sua intenção de que sua dissertação seja uma lição para o presente: uma vez que a disputa entre a oligarquia civil e os militares no Peru teria apenas fortalecido a Inglaterra, seu estudo “... pretende ser [é] um alerta contra as radicalizações de movimentos políticos que em última instância só servem ao dominador alienígena (qualquer que seja sua nacionalidade)...” (BAPTISTA JÚNIOR, 1978, p.1). Dessa forma, o autor eleva à principal questão política a colocação dos interesses nacionais frente a uma potência estrangeira (o que não chega a ser objeto em sua narrativa da história peruana), tendo a moderação como horizonte positivo para grupos internos em disputa. Nos parece que há aqui uma desvalorização dos significados políticos graves do governo brasileiro dos anos 1970, bem como das oposições ao regime. A segunda dissertação é a que versa sobre nacionalismo no século XIX, “A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860”. A propaganda ufanista foi uma grande marca do governo brasileiro na primeira metade da década de 1970, principalmente. Essa dissertação de Heloísa Menandro, ao colocar que o nacionalismo pode ser expresso de diversas maneiras, por diferentes classes e em função de interesses também diversos, e entendendo também que o Estado é dominado por uma classe em especial, promove uma tácita rejeição ao nacionalismo fomentado pela ditadura empresarial-militar que supõe abarcar em um mesmo projeto grupos sociais diversos que formariam coesamente o Brasil.

A problemática que trazemos no presente artigo pode se desenvolver para além da análise dos temas das dissertações que tenham paralelos com os assuntos em evidência no contexto dos anos 1970 em que viviam os mestrados. Para um esforço de síntese, gostaríamos de classificar quatro grupos de trabalhos em suas manifestações políticas. Precisamos salientar que pensar politicamente essa historiografia da década de 1970 não deve supor que seus significados estejam contidos apenas nela própria, bastando que nós os revelássemos como se tivéssemos descoberto a essência das obras. Trata-se na realidade, como é necessariamente o caso em toda pesquisa histórica, de uma operação dialógica entre a nossa fonte e o nosso interesse de historiador – e, portanto, também a nossa política. Outro problema teórico e metodológico é o de categorizar dissertações qualitativa e quantitativamente, posto que isto tende a enclausurá-las em um certo sentido, ocultando sua diversidade. Por outro lado, só podemos conhecê-las a partir de uma relativa abstração de suas diferenças, já que uma consideração mais acentuada de suas especificidades perderia força analítica: impossível não remeter aqui a “Funes, o memorioso”, personagem de Borges que, justamente por considerar um alto volume de informações, era incapaz de pensar adequadamente (BORGES, 2007). É nesse sentido heurístico então que temos classificado as dissertações, sem que isso signifique suas reduções a “tipos”.

O primeiro desses grupos, o menor, é aquele que justifica o ataque à democracia e a formas de violência. São dois trabalhos: “O civilismo equatoriano...” e “O sentido do governo Balmaceda (1881-1891)”. O segundo grupo são estudos carregados de uma visão acrítica, expressando-se em admiração em relação ao Estado, a homens de poder e a empreendimentos econômicos. Esse é o caso de “O banco Mauá no Uruguai”, que afirma que os financiamentos realizados por esta personagem no século XIX, descrita como gloriosa, tenaz e audaz, foram norteados pela paz, pelo progresso e pela causa uruguaia. O estudo de Daniel Sadler, “O pensamento de Sarmiento”, é hiperbólico na sua admiração pelo político argentino – e na sua dissertação isso é mais importante que a própria história política do país. Em “A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira”, temos em Marcus Telles também um autor entusiasta da entidade, que observa políticos que teriam feito parte dela como agentes de ideais elevados. Seria proveitoso comparar com mais detalhe esses estudos com aqueles produzidos na UnB que estavam centrados “...na tarefa de legitimar, em nome da ciência, o projeto e construção nacional e de inter-nalização da monarquia.” (MUNIZ & SALES, 2007).

Um terceiro grupo é composto de pesquisas em História econômica e História política, que muitas vezes são análises agudas e originais. No geral, não deixam de contemplar o conflito, por exemplo, entre partidos em torno do Estado, entre centralistas e federalistas, monarquistas e republicanos, e ações políticas e econômicas em relação à crise da cafeicultura, problemas de abastecimento, crédito, industrialização, urbanização e desenvolvimento. Suas temáticas, entretanto, não dão relevo a noções de dominação, exploração e resistência, aparecendo estas de forma ocasional, sem marcar o texto, quando não é o caso, não raro, de totalmente as ignorarem. Nesse grupo, estariam: “O desenvolvimento econômico na época Vargas”, de Marize Magalhães; “A evolução do sistema financeiro na época Vargas”, de Geraldo Oliveira; “A Constituinte de 1823: uma interpretação”, de Dylva Moliterno; “A fazenda de Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850”, de Sônia Viana; “Município de Estrela – 1846-1892”, de Vânia Fróes; “Vida econômica de Itaboraí no século XIX”, de Ana Maria dos Santos; “O republicanismo fluminense: 1887-1891”, de Hildiberto Albuquerque; “A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915”, de Francisco Teixeira; “A experiência liberal na Colômbia 1848-1886”, de Célio Silva; “A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro”, de Sonia Mendonça; “Da monocultura à diversificação econômica. Um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930”, Sylvia Padilha; “O café no contexto econômico da Colômbia e a atuação da Federação Nacional dos Cafeicultores (1927-1962)”, de Maria Toribio; e o “Congresso do Panamá de 1826”, de Dulce Maciel.

Por fim, o último grupo é daqueles que incluem noções de domínio, exploração e resistência. Obviamente, isto aparece de forma bastante variada: às vezes, ocupam centralidade na mensagem principal da dissertação. Em outras, surgem em colocações laterais, secundárias. No total, são um pouco menos de 30 trabalhos. Outra parte foi citada aqui, como aquelas que tematizam a ditadura ou temas candentes da época em que foram escritas. A exceção é “Bertha Lutz e a ascensão social da mulher (1919-1937)”, de Rachel Sohiet, estudo que se destaca não apenas por tematizar a história de uma militância, como também por abordar o feminismo. A temática ganharia força apenas na dé-

cada seguinte, e nos anos 2000 a pós-graduação da UnB criaria uma área de concentração chamada “Estudos Feministas e de Gênero”. Na conclusão de seu estudo, Sohiet faz alguns juízos políticos sobre o feminismo de Bertha Lutz: sua falta de olhar sobre a questão do mercado de trabalho visando aproveitamento equitativo de “ambos os sexos”; o apelo do movimento feminista ao “cavalheirismo inato dos brasileiros”, e não terem sequer mencionado o problema da sexualidade feminina.

Poderíamos indicar então, como uma síntese, que pouco mais da metade dos trabalhos apresentam uma visão crítica que indica principalmente a repressão de Estado; a associação do Estado ao escravismo; relações econômicas internacionais desiguais e exploração econômica de países estrangeiros; papel da educação e da Igreja em dinâmicas de controle e exclusão; exploração vivida por trabalhadores e indígenas e suas lutas; atuações políticas, econômicas e projetos de poderosos sobre populações. Os de um segundo conjunto, que são em torno de 30%, não trazem a mesma mensagem crítica, muito embora a maior parte observe outros tipos de disputas políticas e problemáticas de dinâmicas econômicas. Um terceiro e um quarto grupos são um pouco mais de 10% do total de trabalhos e veiculam, respectivamente, uma visão acrítica e admiradora em relação a poderosos e seus empreendimentos e uma normalização da repressão do Estado.

Desta classificação política que fizemos das dissertações, obviamente não deve derivar automaticamente uma outra que ajuíze sobre o pensamento político de seus autores. Geraldo Beauclair, por exemplo, que foi docente da graduação e mestrando da primeira turma, era considerado politicamente ofensivo por órgão de segurança da UFF (PEREIRA, 2016, p. 278), mas em sua produção, sobre crédito no governo Vargas, não há juízo de contestação política. Almir El-Kareh era um forte incentivador de discussões teóricas marxistas, mas procurava deixar claro em sala de aula que não tinha ligação partidária, como disse em entrevista ao autor. Estudar ações e reflexões políticas desses mestrandos em outras áreas de suas vidas seria sem dúvida profícuo nesse sentido de entender a prática historiográfica sociologicamente (além de aspectos como origem familiar, renda, cor da pele, etc.). No arquivo da vigilância política da UFF, temos docentes e discentes observados como subversivos, e outros que os órgãos de espionagem entenderam como politicamente aceitáveis para trabalhar na gestão da universidade (PEREIRA, 2016). O mestrando Francisco Gomes, em sua dissertação, se localiza e discute uma política de esquerda contemporânea, e os professores Victor Valla e Ismênia Martins tinham militância de resistência à ditadura. Por outro lado, em entrevistas a este trabalho, pelo menos dois estrangeiros foram citados como possíveis informantes, além de termos como um dos docentes mais atuantes do curso alguém que fora, poucos anos antes, feito governador de Estado pelo processo ditatorial, Arthur Reis (LOBATO, 2009), e outro, Pedro Ribeiro, visão francamente antidemocrática (RIBEIRO, 1995). Temos assim uma diversidade de posturas e forças localizadas nas posições universitárias, o que não deixa de refletir, também como diversidade, nas dissertações. Como pensar essas características em relação ao quadro geral da historiografia acadêmica e da intelectualidade brasileira?

Essa é uma questão difícil de responder, porque há pouca bibliografia com a qual dialogar, principalmente se considerarmos a necessidade de as análises abraçarem volume grande de produção acadêmica, as especificidades político-institucionais regionais, e a atuação pública dos historiadores em outras esferas. Entretanto, gostaríamos de levantar algumas referências.

Os dois primeiros simpósios da APUH/ANPUH em 1961 e 1962 foram espaços tensos não apenas por conta das questões historiográficas que comentamos no início deste capítulo, mas também pelas discussões sobre reforma universitária e reforma agrária que agitavam o cenário nacional. Entre os professores acadêmicos de História presentes, havia aqueles que pretendiam dar centralidade a esse debate. Outros o procuravam interditar, alegando que isso comprometeria a cientificidade do campo fundada nos pressupostos de neutralidade e imparcialidade. Essa discussão inclusive se manifestava no combate entre os que defendiam e os que rejeitavam maior ênfase de estudos em História do Brasil, o que politizaria a área, principalmente com a abordagem do período contemporâneo. A posição que predominou foi expressa no estatuto da APUH, que definiu a associação como uma que não tomaria parte em manifestações políticas (SILVA, 2014). No final da década de 1970, a (a partir de 1971 chamada) ANPUH passou por discussões fortes. Ela havia se definido, como indica o estudo de Paulo Silva, hierarquizando saberes de professores do ensino básico e estudantes de graduação (ambos abaixo do professor do ensino superior). E também os excluindo de maior participação, apesar de ter incentivado com o decurso dos anos suas presenças como ouvintes. (MACHADO, 2016). Na segunda metade da década de 1970, então, houve proposta de incluir na ANPUH docentes do ensino básico e estudantes para que pudessem ter papel ativo nas sessões, e isso tinha a ver com potencializar a instituição como opositora da ditadura. A Associação foi democratizada e, com moções de repúdio à censura, manifestava um inédito engajamento em 1977, quando antes havia predominado o silêncio.

O acontecido na ANPUH tem correspondência no observado por alguns autores na produção acadêmica de História: afirmam que a partir de metade dos anos 1970, ou início da década de 1980, houve uma “politização” na produção acadêmica. Rodrigo Oliveira, em referência aos anos de 1975 a 1979, sugere haver tido entre os historiadores um intenso engajamento manifestado tematicamente (porém não acompanhado de participação forte em esferas políticas) na abordagem de “novos sujeitos” (trabalhadores rurais e urbanos) (OLIVEIRA, 2018b). José Lapa comentou “um processo de lenta conscientização dos intelectuais latino-americanos”. Na historiografia, isso significaria maior atenção à temática da luta social e política, em detrimento daquela que se dedicava a pensar desenvolvimento e subdesenvolvimento (LAPA, 1985, p.69). D’Alessio avalia haver a partir da década de 1980 uma “cumplicidade” entre intelectuais e setores desfavorecidos, que passaram a ser valorizados enquanto objeto (D’ALESSIO, 1994). Em outro artigo desta autora, assinado com Janotti, onde estudam 886 produções acadêmicas de pós-graduação entre 1985 e 1994, conclui-se que a historiografia, em sua maioria, tematizava na história brasileira “...projetos ferozes visando a dominação que, partindo do Estado, das classes ou das elites, tem como objetivo perseguir, excluir enganar.” (D’ALESSIO & JANOTTI, 1996, p. 148).

Em suma, então, haveria maior engajamento na produção acadêmica, em sintonia com a movimentação social de contestação à ditadura. Não deixa de ser correspondente a esse quadro geral o que observamos nos escritos da UFF. No entanto, eles também nos revelam a existência de outras características políticas que impedem generalizações. Se nessas nossas dissertações defendidas entre 1974 e 1979 há marcas da agitação social e das novidades temáticas despontadas na chamada redemocratização, há também as marcas do início da década, anos de chumbo e de depressão de forças democráticas.

Há um último aspecto político a ser destacado, referente a gênero. Considerando a tradicional divisão binária, houve nas três primeiras turmas mais mulheres que homens entre discentes: 27 x 24. Essa porcentagem não é distante da observada por Fico e Polito nos anos 1970 e 1980, cerca de 60% de autoria feminina em trabalhos de pós em História no Brasil (FICO & POLITO, 1992). Entretanto, a situação é diferente quando observamos o corpo docente: de 35 professores que passaram pelo curso da UFF até 1979 (nenhum por concurso, aliás), só 6 eram mulheres. De 11 orientadores que atuaram nesse mesmo período, há apenas uma mulher, Ismênia Martins, também a única que se destaca entre os que mais ofereceram disciplina no período. Nas 51 dissertações que estudamos, dos 9 autores que mais constam em bibliografia (nesta ordem, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, Nelson Werneck Sodré, Edgar Carone, Emília Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Stanley Stein, Nícea Vilela Luz), 3 são mulheres, localizadas na parte mais baixa da lista. Apesar de a coordenação do curso ter ficado, em todo o período que estudamos, a cargo de uma mulher, Aydil Preis, e de serem mulheres a maioria discente, vemos que os espaços de prestígio científico são marcados por desigualdade.

Em entrevista, Ismênia Martins relatou desestímulos ao seu progresso na carreira (o doutorado na USP concluído em 1972 e o ingresso como docente universitária na UFF). Dentro e fora da universidade lhe foi colocado que ou seria melhor socialmente que ela se restringisse aos papéis de mãe e esposa, ou que esses papéis seriam limitadores do seu desenvolvimento acadêmico. Alice Canabrava, na USP, atribuiu a uma questão de gênero sua não aprovação para cátedra de História da América, mesmo depois de ter tido a média mais alta que seus concorrentes nas provas (SILVA, 2014, p. 232). Estudando também a USP, Roiz aponta que a maioria das pessoas que se formavam eram mulheres, mas não eram elas que galgavam as posições docentes (ROIZ, 2012, p. 177). Pensando a História da historiografia, Maria da Glória Oliveira aponta em artigo casos, de diferentes espaços e tempos, de ocultação de mulheres na configuração de cânones historiográficos e na memória disciplinar (OLIVEIRA, 2018). Na produção da UFF que estudamos, vimos que há uma solitária dissertação sobre o tema da desigualdade de gênero, que, no entanto, ganharia força nos anos seguintes.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE Júnior, Hildiberto Ramos Cavalcanti. **O republicanismo fluminense: 1887-1891**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.
- BAPTISTA Júnior, Abner Simões. **O guano e o salitre (o surgimento do civilismo no Peru)**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.
- BARROS, Orlando de. **Paraguai: a transição política e suas bases**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.
- BORGES, Jorge Luís. 'Funes, o memorioso' IN: **Ficções**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007
- BOURDIEU, Pierre. "O campo científico" IN: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRAGANÇA, Vânia Fróes. **Município de Estrela – 1846- 1892**. Dissertação de Mestrado em His-

tória. Universidade Federal Fluminense, 1974.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu. **O Tribunal de Segurança Nacional: 1936-1945**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979.

CARDOSO, Zenaide. **Política econômica de Juan M. De Rosas**. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979.

CHIARIZIA, Martha. **Itabira Iron Ore Company**. Dissertação de Mestrado. UFF, 1979.

D'ALESSIO, Marcia. "Os Annales no Brasil. Algumas reflexões" IN: **Anos 90**. Porto Alegre, 1994.

_____ & JANOTTI, Maria. "A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994)" IN: **Estudos históricos**. Vol. 9 N. 17. 1996.

DOSSE, François. **A História em migalhas. Dos Annales à Nova História**. Bauru: EDUSC, 2003.

EL-JAICK, Sérgio. **O pensamento político de Simón Bolívar**. Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979.

FERNANDES, Sylvia Padilha. **Da monocultura à diversificação econômica. Um estudo de caso: Vassouras, 1880-1930**. Dissertação de Mestrado. UFF, 1978.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A crise dos comissários de café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

FICO, Carlos & POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto, Editora UFOP, 1992.

LAPA, José. **História e historiografia Brasil pós 64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LOBATO, Sidnei. "Estado, nação e região na obra de Arthur Cézár Ferreira Reis". IN: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 3, p. 625-642, 2009.

MACHADO, Daiane. "Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX" IN: **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 22. Dezembro de 2016

MACIEL, Dulce. **Congresso do Panamá de 1826**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979.

MAGALHÃES, Marize Arcuri. **O desenvolvimento econômico na época Vargas**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

MENANDRO, Heloisa Fesch. **A ideia de nação e o pensamento nacionalista na imprensa da Corte 1840-1860**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

MOLITERNO, Dylva Araújo. **A Constituinte de 1823: uma interpretação**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

MONTEIRO, Adilson Pinto. **Argentina: economia e sociedade (1890/1922)**. Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

MUNIZ, Diva & SALES, Eric de. "Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006)" IN: **Textos de História**. Vol. 15, n° 1/2 2007.

OLIVEIRA, Almir da Silva. **O civilismo equatoriano no período de 1860-1875: o garcianismo.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A evolução do sistema financeiro na época Vargas.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

OLIVEIRA, Rodrigo. “O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979)” IN: **História da historiografia.** v. 11, n.28 set-dez 2018b.

PEÇANHA, Jorge. **A abertura do Paraguai: raiz de uma guerra.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979.

PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987).** Tese de Doutorado. UFF, 2016.

PINTO FILHO, João Delduck. **O sentido do governo Balmaceda (1881-1891).** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

RIBEIRO, Pedro Freire. **Raízes do pensamento político na América Espanhola (1780-1826).** EdUFF. Niterói, 1995.

RIBEIRO, Waldir de Vita. **O Banco Mauá no Uruguai.** Dissertação de Mestrado em. UFF, 1978.

ROCHA, Ubiratan. **A ALALC e a integração econômica da América Latina.** Dissertação de mestrado em História. UFF, 1979.

ROIZ, Diogo. **Os caminhos (da escrita da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968).** Curitiba: Appris, 2012.

SADLER, Daniel Vieira. **O pensamento de Sarmiento.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979.

SANTOS, Ana Maria dos. **Vida econômica de Itaboraí no século XIX.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

SARAIVA, Luiza Maria Magalhães. **O petróleo venezuelano na época de Juan Vicente Gómez (1908-1935).** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

SEREJO, Tereza Cirstina Leal de. **Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1979.

SILVA, Célio Pereira da. **A experiência liberal na Colômbia 1848-1886.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.

SILVA, Paulo. **A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber (1961-1977).** Tese de doutorado. UNB, 2014.

SOHIET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

TELLES, Marcus Vinícius. **A influência da maçonaria na independência do Prata: as relações da maçonaria platina com a brasileira.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1978.

TEIXEIRA, Francisco Vinhosa. **A diplomacia brasileira e a revolução mexicana 1913-1915.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1976

TORIBIO, Maria Teresa. **O café no contexto econômico da Colômbia e a atuação da Federação Nacional dos Cafeicultores (1927-1962).** Dissertação de mestrado em História. UFF, 1978.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. **A Fazenda de Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850.** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1974.

WEYRAUCH, Cleia Schiavo. **O processo de consolidação do Estado uruguaio (1830-1890).** Dissertação de Mestrado em História. UFF, 1977.